

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	VICENTINA – Associação para o desenvolvimento do Sudoeste
NIFAP	7174447
DESIGNAÇÃO	Vicentina ADERE 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. ENQUADRAMENTO

A Estratégia Vicentina ADERE 2030 foi desenvolvida, tendo como ponto de partida o diagnóstico realizado de forma participada com os agentes e comunidades dos 7 concelhos que integram o território. Trata-se de uma estratégia abrangente focada em 8 áreas de atuação prioritárias identificadas no diagnóstico.

A análise SWOT aos diferentes domínios de intervenção conduziu ao desenho de uma estratégia centrada em 32 objetivos distribuídos em oito enfoques temáticos correspondentes às áreas de atuação prioritárias, nas quais foram detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de estas serem ou não da esfera do DLBC. Estas 8 áreas de atuação respondem a 7 das necessidades principais e 14 necessidades complementares, contribuindo ainda para os 10 indicadores de resultado do OE8 do PEPAC, traduzindo desta forma um forte alinhamento com o PEPAC e o DLBC em particular.

A implementação da estratégia passará pelo envolvimento dos parceiros potenciado pelo modelo organizacional proposto estando prevista a complementaridade com outros instrumentos de financiamento e com a atividade dos parceiros que assegurem intervenções não cobertas pelo PEPAC.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Território de Intervenção (TI) inclui 23 freguesias de 7 concelhos do Barlavento Algarvio: Aljezur, Lagoa, Lagos (U.F. Barão São João e Bensafrim, Luz e Odiáxere), Monchique, Portimão (Alvor e Mexilhoeira Grande), Silves (U.F. Alcantarilha-Pêra, U.F. Algoz-Tunes e Silves) e Vila do Bispo, numa superfície de 1.542,49 km² e uma população de 83.915 residentes. No total os 7 concelhos possuem 28 freguesias e ocupam uma área de 2.061,2 km² registando uma população de 172.101 residentes.

Esta sub-região, representa 41% da área total da região do Algarve, mas apenas 37% da sua população, enquanto o TI representa 30,68% da área e 18,04% da população, ao que não é alheio o facto de integrar 3 concelhos classificados como de Baixa Densidade (Aljezur, Monchique e Vila do Bispo).

Os dados acima apresentados traduzem ainda uma diferença muito assinalável na densidade populacional entre as freguesias urbanas do litoral (não contempladas no TI à exceção da U.F de Lagoa e Carvoeiro) e as freguesias rurais e do interior, alvo desta

EDL, com um máximo de 811 hab/km² na freguesia de São Gonçalo de Lagos e um mínimo de 4,6 hab/km² na Bordeira (Aljezur), o que traduz uma enorme heterogeneidade na distribuição da população pelo território.

Assim, em relação ao TI proposto, apenas duas freguesias (Silves e U. F. de Lagoa e Carvoeiro) não são freguesias rurais, embora a freguesia de Silves esteja classificada como Território Vulnerável (Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro).

A freguesia de Silves, embora urbana, representa mais de 25% da extensão do concelho e tem uma relevância substantiva para o setor agrícola e agroalimentar, concentrando 31% da SAU total do concelho, 48% da SAU gerida por sociedades e 31% da superfície de produção de citrinos, produto de grande relevância para a economia agrícola da região. De relevar que a freguesia possui 2250 ha de superfície irrigável (Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão). Individualmente é a freguesia com maior área absoluta de superfície irrigável, constituindo parte homogénea duma enorme mancha de produção agrícola (maioritariamente citrinos), dos quais a laranja é um ex-libris e Silves se intitula a “Capital da Laranja” do Algarve. A sua vocação eminentemente agrícola justifica a sua integração no TI e dá coerência à EDL a implementar no seu todo.

A inclusão da U.F. de Lagoa e Carvoeiro justifica-se por representar 60% da SAU do concelho, concentrando a maioria das explorações agrícolas (29) do mesmo e sendo a freguesia que, individualmente no TI, tem a maior área de vinha (108 ha). O sector do vinho encontra-se em franco crescimento e afirmação, quer no contexto regional, nacional e internacional, e tem nesta sub-região uma expressão dominante face ao Algarve sendo, portanto, um sector estratégico para a afirmação do território.

O total de população residente no TI, em freguesias rurais, é de 63.113 habitantes. No total o TI é composto por 21 freguesias rurais e 2 urbanas, 11 destas freguesias estão classificadas como de Baixa Densidade e 6 estão classificadas como territórios vulneráveis. Verifica-se também que existem 4 freguesias (Aljezur, Alferce, Marmelete e Monchique) que são abrangidas por todos os sistemas de classificação identificados.

O TI não cobre integralmente o Concelho de Silves, onde se excluem as freguesias rurais de S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra (integradas no GAL Interior Algarve Central) e Armação de Pêra (urbana). A justificação para a repartição do Concelho de Silves consta do formulário de candidatura.

3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA

A parceria é constituída por 51 entidades, sendo 15 públicas (29%) e 36 privadas (71%) com carta de adesão à EDL subscrita. Destas, 29 foram parceiras do GAL ADERE 2020 e mantêm a parceria no GAL Vicentina ADERE 2030, pelo que 22 entidades são novos parceiros. A parceria integra apenas entidades coletivas com forte representatividade sectorial (integra todos os sectores) e territorial, por incluir parceiros de todos os concelhos do TI o que, considerando os associados de cada entidade, confere uma forte representatividade territorial e sectorial. Refira-se que, de entre as 36 entidades parceiras privadas, 10 são associadas da Vicentina (Entidade Gestora).

Acresce que 27 entidades parceiras são de âmbito sub-regional e local, 18 de âmbito regional e com sede fora do TI, públicas e privadas, e, ainda, 5 privadas de âmbito

nacional – Agricultura, Ambiente, Social e Educação, com sede em Lisboa e 1, suprarregional privada, com sede em Odemira. Trata-se de uma parceria experiente, representativa territorial e sectorialmente e com capacidade de implementação da EDL, pelo seu robusto perfil de competências conjunto e aberto, permitindo integrar competências externas regionais e nacionais, nomeadamente na gestão e implementação de políticas públicas, fundamentais para acrescentar competência local e capacitação mútua de parceiros, que o modelo organizacional proposto facilita.

A parceria integra todos os Municípios, à exceção de Silves, que decorre duma orientação que consta do Aviso de Concurso que impede que uma entidade de âmbito concelhio, integre várias parcerias e subscreva as correspondentes EDL, tendo-se consensualizado, entre as entidades proponentes e o Município, a sua não adesão. O Município, considerando relevantes, ambas as EDL, subscreveu um acordo tripartido (Município de Silves/Associação Vicentina/Associação In Loco), extra-parceria, mas consensualizado com estas, de forma a ativamente participar e acompanhar as EDL de ambos os GAL. Por outro lado, é de referir que a participação da AMAL na parceria garante a representatividade de todos os municípios.

O modelo organizacional estrutura-se em 3 dimensões: 1) Institucional / Formal; 2) Redes Territoriais – por concelho; 3) Redes Sectoriais – por conjuntos temáticos. A dimensão Institucional organiza-se em torno da Assembleia de Parceiros que elegerá o seu Presidente e o Órgão de Gestão, este presidido pela entidade gestora, e constituído por 2 municípios (sendo pelo menos 1 de baixa densidade) e 4 parceiros privados eleitos de entre os parceiros de cada rede sectorial, sendo, preferencialmente, pelo menos 1 de cada uma das redes. É nesta dimensão que se enquadra a governança da gestão de fundos comunitários no que se refere ao FEADER, a regulamentar em fase posterior. Terá ainda como missão incorporar contributos e articular a atividade das redes territoriais e sectoriais. A operacionalização do seu funcionamento prevê a realização de dois momentos anuais de reunião geral de parceiros, sendo um de planeamento – da implementação da EDL rural e da EDL Macro – e um de balanço da EDL Macro – e relatório da EDL rural.

A dimensão – Redes Territoriais – é constituída por 7 redes, uma por concelho, que integram os parceiros do concelho. Em cada Rede será eleito um parceiro como ponto focal e integradas as Juntas de Freguesia na qualidade de parceiros convidados, que também podem constituir-se como ponto focal Vicentina em Rede. As redes territoriais têm como missão acompanhar, facilitar e complementar com a sua atividade a implementação da EDL no concelho. Cada rede territorial compromete-se a reunir pelo menos 2 vezes no ano, para preparação de plano de atividades, articulada entre parceiros, a integrar no plano Vicentina ADERE 2030 da Rede Institucional, e balanço da atividade no concelho a ser integrado no Balanço/ Relatório da Rede Institucional.

Por último, a dimensão Redes Sectoriais é constituída por 3 redes: 1) AAFA – Agricultura, Agroalimentar, Floresta e Ambiente; 2) DLTP - Desenvolvimento Local, Turismo e Património; 3) SEJFC – Social, Educação, Formação, Juventude e Cidadania. Em cada Rede Sectorial será eleito um parceiro, como ponto focal, preferencialmente local, podendo ser integrados parceiros convidados, por consenso, que também podem constituir-se como ponto focal Vicentina em Rede. As redes sectoriais têm como missão acompanhar, facilitar e complementar com a sua atividade a implementação da EDL por sector. Cada rede sectorial compromete-se a reunir pelo

menos duas vezes por ano, para preparação de plano de atividades, articulado entre parceiros, a integrar no plano Vicentina ADERE 2030 da Rede Institucional, e balanço da atividade no concelho a ser integrado no Balanço/ Relatório da Rede Institucional. Os parceiros, no âmbito da atividade das Redes Sectoriais comprometem-se a incorporar no plano de atividades da sua organização atividades que concorrem para a implementação da estratégia macro e/ou a inscrever na atividade do GAL Vicentina ADERE 2030, atividade própria que concorra para a implementação da estratégia macro.

A atividade das redes terá um cariz iminentemente informal, mas carecerá de regulamento minimalista que facilite a operacionalização das diversas dimensões, que constituem o modelo organizacional formal e informal de governança da implementação da EDL.

Estima-se que a recente familiarização generalizada de participação e organização de reuniões e ações de capacitação por videoconferência, seja um fator facilitador para tornar exequível a presente proposta de modelo organizacional de governança. Contudo, serão obrigatoriamente realizadas presencialmente duas reuniões anuais do Órgão de Gestão e da Assembleia de Parceiros.

4. DIAGNÓSTICO

I) POPULAÇÃO

Apesar do TI registar um crescimento populacional, verificado, face aos últimos Censos, as assimetrias entre o litoral urbano e o interior rural escondem uma perda acentuada de população nos territórios rurais, da ordem dos 10 % no concelho de Monchique, a que acrescem taxas de envelhecimento muito elevadas (valor extremo de 538 na freguesia de Alferce) e diminuição da população jovem com êxodo para o litoral e centros urbanos. Este processo agravado por uma maior concentração de recursos e investimentos nas áreas urbanas contribui para uma diminuição da população ativa com impacto na capacidade de desenvolvimento do território. Nestas condições, os territórios sofrem de uma pressão adicional ao nível do suporte social e assistência à saúde da população mais envelhecida e isolada.

O crescimento, registado, da população estrangeira pode ajudar a esbater estes índices, mas carece de medidas que promovam a sua adequada integração socioeconómica e cultural, que contribua de forma efetiva para as dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico do território

Paralelamente serão importantes políticas de marketing territorial orientadas, não só para o exterior, mas também para o interior, assim como de apoio ao empreendedorismo, à habitação e de promoção de qualificação profissional adaptadas às oportunidades do território, as quais poderão contribuir para inverter esta situação.

II) ECONOMIA E EMPREGO

Na sub-região, mas com impactos significativos no TI, mantém-se um predomínio do sector do turismo, na sua vertente de sol e praia (sazonal), o qual provoca uma baixa

intensidade de trabalho e consequente baixa remuneração (concentração nos meses de atividade) que traduz uma fragilidade estrutural na economia e no emprego.

O estímulo ao crescimento da economia e do emprego na Região deve ter por base princípios de sustentabilidade ambiental e social, permitindo que não seja desperdiçado o enorme potencial da qualidade ambiental e paisagística e a forte identidade e cultura intrínsecas a este território. Nesse sentido apontam-se como pontos a explorar o Turismo Rural e de Natureza com forte capacidade de redução da sazonalidade e criação de postos de trabalho permanentes, a necessidade de capacitação e rejuvenescimento dos agricultores para adesão a práticas mais sustentáveis e diferenciadoras e a importância da diversificação da atividade, quer alargando a cadeia produtiva à transformação agroalimentar, quer ao Turismo Rural e Sustentável.

Nesse contexto, o crescimento e ganho de notoriedade do setor vitivinícola, reforçado com a integração do Concelho de Lagoa na parceria, mas com grande expressão no território de Silves, Portimão e Lagos, passa pelo reforço da capacidade técnica das empresas no processo da enologia, a castas endógenas mais adaptadas às condições edafo-climáticas, práticas produtivas mais sustentáveis, associado a uma promoção mais sofisticada e exploração do potencial do enoturismo, podem constituir um importante impulso, enquanto sector, para a economia da região e combate ao êxodo populacional.

As alterações climáticas, a escassez de água e o risco de incêndio, associados ao despovoamento crescente e consequente escassez de mão de obra, consubstanciam grandes desafios para o território e a sua economia.

III) RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

O TI apresenta uma elevada percentagem (60%) de área classificada, nomeadamente 13 % classificada como área protegida (Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) e 47% como Rede Natura 2000 (ZPE e/ou ZEC “Costa Sudoeste”, “Monchique”, “Ria de Alvor” e “Arade/Odelouca”). Associado ao património natural constata-se uma tendência crescente de recuperação e afirmação do património cultural, histórico e arqueológico, etnográfico, entre outros, que permite perspetivar o rico património do TI como recurso âncora para o seu desenvolvimento e potencial de alavancagem do mesmo. Em paralelo é de referir a importância do património alimentar e a produção agrícola local, com a sua diversidade de produtos que constituem a base da dieta mediterrânica e que se assume como um importante ativo a desenvolver, tendo sempre presente a necessidade de garantir a sua sustentabilidade futura. A introdução de práticas de agricultura sustentável e regenerativa e a sua articulação com a gestão e ordenamento florestal e o desenvolvimento de uma silvicultura mais sustentável, e o envolvimento das comunidades de proprietários rurais, serão determinantes para enfrentar os maiores desafios que constituem as alterações climáticas, nomeadamente a escassez de água, os eventos extremos e o risco de incêndios e a qualificação e inovação dos recursos endógenos.

IV) PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS BÁSICOS

O setor agrícola e agroalimentar constitui um pilar essencial da economia rural do território. O seu desenvolvimento revela-se fundamental para a competitividade e combate ao êxodo populacional. Para tal é importante capitalizar os pontos fortes da região, como a riqueza de recursos agrícolas e produtos locais de qualidade, e enfrentar os desafios, como a falta de organização dos produtores e a concorrência com produtos importados. Apoiar iniciativas de organização dos produtores, promover o consumo local, incentivar o turismo gastronómico e investir em capacitação técnica para a sustentabilidade da atividade produtiva (num contexto em que a escassez de água e a fraca eficiência hídrica se assumem como ameaças maiores) são medidas-chave para impulsionar a produção agrícola na região e fortalecer a economia local, criando uma relação mais próxima entre produtores e consumidores e valorizando os produtos agrícolas regionais, nomeadamente explorando o enorme potencial do consumo de proximidade nas zonas litorais, quer ao nível da restauração, quer nas parcerias com os municípios para o desenvolvimento de sistemas alimentares locais.

Ao nível das infraestruturas destaca-se o potencial da produção de energias renováveis, quer em termos de exploração económica, quer em termos de ganho de eficiência energética que podem aportar ao setor agrícola.

O custo e escassez da habitação, a fraca rede de transportes públicos e qualidade das respostas sociais assumem-se como maiores entraves à fixação de população necessária ao desenvolvimento da atividade económica.

V). SUSTENTABILIDADE E CLIMA

As consequências das alterações climáticas assumem-se como o maior desafio que o território enfrenta, bem patente nos níveis mínimos de água doce disponível verificados presentemente. A confirmarem-se, estas irão contribuir para tornar o território cada vez mais árido, num processo cíclico de retroalimentação, a somar à pressão crescente exercida sobre os reservatórios superficiais, bem como sobre os aquíferos subterrâneos, pelos diferentes usos (consumo humano, agricultura, turismo e indústria) o que implicará uma alteração dos paradigmas de desenvolvimento para o Algarve e todo o sul de Portugal, com impactos significativos a muito curto prazo.

Por outro lado, a elevada área de paisagem protegida, aliada ao potencial agrícola que permite a adoção de práticas de agricultura sustentável e produção de alimentos de qualidade, tornam a sustentabilidade como um dos maiores fatores de afirmação e diferenciação do território. Para explorar esse potencial de sustentabilidade do território torna-se imperioso o desenvolvimento de uma política integrada de mitigação das alterações climáticas, com particular enfoque na gestão da água (onde a ITI “Água e Ecosistema da Paisagem” pode assumir preponderância crucial), mas também na gestão sustentável da floresta e da natureza, evitando práticas não sustentáveis como a agricultura intensiva de regadio, o desmatamento e o turismo massificado.

VI). TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIGITAL

Se por um lado o território reúne condições para se afirmar no domínio da transição energética, nomeadamente pelo potencial de energias renováveis, quer solar, eólica, quer através da biomassa da sua vasta área florestal, por outro lado constata-se que no domínio da transição digital, o TI ainda se encontra num estado insipiente de desenvolvimento, nomeadamente pela insuficiente cobertura de rede móvel e de internet de alta velocidade nas zonas rurais.

A oportunidade que constituem os financiamentos públicos ao investimento na transição digital, dada a prioridade estabelecida pela União Europeia nesta área, pode ser decisiva para o necessário investimento em infraestruturas, mas também na capacitação e sensibilização dos agentes económicos que evidenciam uma baixa literacia digital e resistência à mudança, sobretudo nos setores mais tradicionais.

A transição digital (infraestrutura e capacitação) possibilitará também uma maior competitividade e sustentabilidade da atividade agrícola pela adoção de tecnologias como a IoT (“*Internet of Things*”) e a agricultura de precisão, as quais poderão também ter um impacto relevante ao nível da eficiência energética das explorações. Tratando-se de áreas com forte componente de inovação, importa reforçar a colaboração da economia com o Sistema Científico e Tecnológico, ainda com pouca expressão neste território.

VII) . GOVERNANÇA LOCAL, INOVAÇÃO SOCIAL, CIDADANIA E SOCIEDADE CIVIL

O TI tem um longo historial de mais de 30 anos de parcerias para a promoção do desenvolvimento rural. Apesar de uma parceria vasta e diversificada, quer em termos da sua representatividade territorial, quer temática, existe a convicção de que se poderá ir muito mais além em termos da intervenção no Território se, mais do que um conjunto de parceiros, for pensado e implementado um verdadeiro modelo de governança e funcionamento em rede, em que cada organização seja parte ativa e coloque a sua experiência e conhecimento específico ao serviço de projetos integrados que sirvam o bem comum.

Este novo modo de funcionamento em rede deverá ser acompanhado de uma estratégia de comunicação e marketing territorial que eleve a autoestima e o sentimento de pertença e a participação cidadã dos seus habitantes, estimulando os seus contributos e envolvimento para o desenvolvimento de projetos integrados que respondam às necessidades e expectativas da população e aos desafios do território.

Estas intervenções devem ter em conta um novo paradigma de desenvolvimento económico e territorial assente na sustentabilidade, por forma a proteger e explorar o potencial ambiental e agrícola do território, sem esquecer a sustentabilidade social, nos desafios colocados pelo despovoamento e isolamento, no apoio aos mais isolados e excluídos e a verdadeira integração das comunidades estrangeiras residentes. Para tal importa ir além das soluções típicas de intervenção social e explorar novas abordagens de inovação social mais eficazes e eficientes na resposta a problemas antigos. Neste ponto as políticas e incentivos europeus poderão servir de forte alavanca a esta nova abordagem.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A EDL Vicentina ADERE 2030 pretende dar resposta aos grandes desafios sociais, económicos e ambientais, alinhados com o OE8 do PEPAC, através de 8 áreas de intervenção a que correspondem os 8 enfoques temáticos e objetivos destacados no formulário de candidatura, bem como com as necessidades principais e complementares identificadas para cada um deles. As 8 áreas de intervenção e respetivos desafios são os seguintes:

1. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

- Valorizar o potencial agroalimentar endógeno do território, como fator chave para a sua afirmação e desenvolvimento;
- Incentivar novos paradigmas de produção e organização da distribuição agroalimentar que reforcem a sustentabilidade e competitividade local.

2. PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Mitigar os efeitos das alterações climáticas, incentivando a adoção de práticas de gestão eficiente da água, de utilização de energias renováveis e de melhoria da eficiência energética, das atividades económicas e das habitações e na implementação de medidas de prevenção de incêndios florestais.

3. PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

- Proteger e valorizar os recursos naturais, em complementaridade com o desenvolvimento de atividades económicas, sustentáveis e compatíveis, em particular nas áreas protegidas que constituem um dos grandes ativos do território;
- Inverter os processos de degradação ambiental através da mobilização dos atores, públicos e privados, e dos instrumentos disponíveis para a renaturalização e recuperação de áreas de maior aptidão, numa perspetiva ecológica.

4. ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS

- Incentivar a dinamização de um processo de marketing territorial que estimule e promova a captação de novos investimentos, com especial relevância, em torno dos valores chave da identidade territorial, nomeadamente o património histórico, cultural e natural;
- Promover a atração de investimento em articulação com o sistema de I&D, de ensino superior e de formação profissional, contribuindo para a atração e fixação de população, sobretudo a mais jovem e qualificada;
- Promover a capacitação e a literacia para a transição digital, fundamental para a eficiência e a sustentabilidade das atividades e coesão territorial.

5. QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL

- Mitigar o despovoamento e envelhecimento da população, garantindo respostas sociais inovadoras, quanto aos serviços básicos de suporte à população mais isolada;
- Promover o envolvimento e a integração social e cultural das comunidades estrangeiras, essenciais para o combate ao despovoamento.

6. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE

-Promover o envolvimento, relação e identificação dos jovens com o território, principalmente o território rural, sua história, suas tradições e sobretudo com os seus desafios e potencial, contribuindo para o desenvolvimento do interesse e a sua fixação no território.

7. DINAMIZAÇÃO DA CULTURA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

-Promover em todo o TI o conhecimento, a valorização e a apropriação da cultura, pela população, através da organização de programação específica em torno das principais áreas do património histórico, cultural e etnográfico.

8. REFORÇO DA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

-Implementar novas formas de cooperação, capacitação e governança em rede, entre parceiros, com maior proximidade e envolvimento da comunidade.

Em termos estratégicos, destaca-se a seguinte visão construída para o Território e que enquadra as 8 áreas de atuação, enfoques temáticos e correspondentes objetivos constantes no formulário de candidatura:

VISÃO

Uma ampla parceria, organizada e articulada, territorialmente e sectorialmente, para um território mais equilibrado, mais coeso e mais sustentável.

Alinhada com esta visão, esta estratégia reforça a importância de uma intervenção integrada no território, com o envolvimento e participação da área de atividade de todos os parceiros e da comunidade, para o que releva ainda a importância do reforço da intermunicipalidade, no desenvolvimento de projetos que contribuam para a sua concretização.

Nesta estratégia o desenvolvimento sustentável do território, assente na valorização dos seus principais ativos, como a natureza e a paisagem, e o potencial dos seus recursos endógenos, nomeadamente na área do agroalimentar, assumem-se como fatores determinantes para a resolução dos maiores desafios sociais que o território enfrenta, sobretudo em termos de despovoamento e envelhecimento.

Sobre a gestão e valorização destes ativos, importa salientar a importância de desenvolver práticas agrícolas e de gestão da paisagem mais sustentáveis e que valorizem os principais recursos: produtos alimentares que constituem a base da dieta mediterrânica, o vinho, a floresta e zonas de paisagem protegida.

No que diz respeito aos sistemas alimentares reforça-se a importância do crescimento de modos de produção mais sustentáveis, mas também o potencial de articulação com o GAL Costeiro. Destaca-se, neste ponto, o Projeto “Do Mar ao Prato – Sistemas alimentares locais e comercialização de produtos do mar”, projeto âncora a dinamizar pela Vicentina, no âmbito da estratégia do GAL Costeiro.

O mesmo acontece com o vinho, uma vez que a integração do concelho de Lagoa no TI vem dar um novo impulso à afirmação deste setor, no âmbito da estratégia, com

produtos de excelência e em forte crescimento e afirmação. A diversificação à atividade da viticultura com a associação da transformação e desenvolvimento de projetos distintivos na área do enoturismo e restauração, assume um contributo relevante e estratégico para o desenvolvimento do território.

No que diz respeito à proteção e valorização da floresta e da paisagem, importa reter a oportunidade que será dada aos GAL para assumirem um papel importante na dinamização local de vários instrumentos, nomeadamente: Programa de Transformação da Paisagem (PTP); Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), Condomínio de Aldeia e Emparcelar para ordenar.

Acresce, sobre este tema, que a parceria integra uma entidade gestora da AIGP do TI concretamente a AMCV - Associação de Desenvolvimento Local de Monchique – Corredor Verde.

6. ENVOLVIMENTO DA PARCERIA

O processo de animação da parceria foi dinamizado em 2 fases, uma de definição da EDL – Macro, realizada no âmbito do Projeto Articular para Intervir, financiado pelo CRESC Algarve 2020, concluída em setembro de 2022. Mais recentemente foi desenvolvido um conjunto de sessões de envolvimento visando a definição da EDL – Rural.

A 1ª fase contemplou um vasto número de iniciativas, a saber: três assembleias comunitárias de diagnóstico e duas de estratégia, em vários municípios do território, dois focus group, seis oficinas temáticas, seis seminários técnicos, doze entrevistas a organizações chave e inquéritos à população e entidades parceiras, envolvendo um total de setenta entidades e quinze pessoas singulares, para um total de 132 participantes. A participação acumulada resultou num total de 179 participações de entidades e 319 participações de pessoas. Culminou com a apresentação pública da estratégia macro, nas Caldas de Monchique, amplamente participada, com a presença de 29 entidades representadas e 52 participantes. A 2ª fase passou pela implementação de um novo processo de envolvimento territorial, desta vez para ajustar a estratégia macro às orientações do concurso de reconhecimento dos GAL e preparar a EDL – Rural. Este processo consubstanciou-se na realização de seis oficinas temáticas – uma por concelho - com a participação de 46 entidades representadas, 92 participantes e 199 participações, no total das várias oficinas. Culminou com a sessão de assinatura do Acordo de parceria do GAL Vicentina ADERE 2030 e sufrágio da EDL Vicentina ADERE 2030.

Todas estas iniciativas da 1ª e 2ª fase, têm as suas evidências devidamente documentadas, quer em termos de registos fotográficos, folhas de presença e relatórios síntese de conclusões das sessões. Os relatórios com estas evidências estão na pasta documentos do formulário de candidatura. Destacamos, aqui, as evidências da assinatura do acordo, em Lagos, a 27 de julho de 2023.



Atendendo o período de verão não conseguimos recolher a assinatura de todos os parceiros no documento de Acordo de Parceria, mas estão associadas ao protocolo todas as cartas de adesão devidamente assinadas.

7. ARTICULAÇÃO COM ESTRATÉGIAS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

Os enfoques temáticos e objetivos da EDL apresentam um forte potencial de articulação com a estratégia Algarve 2030, com um cruzamento quase perfeito entre os seus 5 objetivos temáticos e os enfoques e objetivos da EDL. Em relação à RIS3 Algarve, a EDL apresenta um bom alinhamento global, com destaque para os objetivos ao nível do Turismo (consolidado), além do forte alinhamento com o agroalimentar e as energias renováveis (emergentes).

Destacam-se os Planos e projetos com que a EDL apresenta um forte alinhamento e poderá beneficiar e contribuir, quer de âmbito regional, quer de âmbito sub-regional:

Plano ou Projeto Regional	Área de Intervenção EDL
PADRE – Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (onde se inclui a intenção de desenvolvimento de projetos de intervenção intermunicipal bem-sucedidos como o Algarve + Sustentável e Turismo Fora D’Horas)	Sistemas Alimentares Sustentáveis Atração e desenvolvimento de novos ativos e investimentos Dinamização da Cultura e Valorização do Património
Plano de Ação da Dieta Mediterrânica	Sistemas Alimentares Sustentáveis Dinamização da Cultura e Valorização do Património
Projeto PNAES: PRATO CERTO	Sistemas Alimentares Sustentáveis
Projeto REVITALGARVE - Revitalização de zonas rurais do Algarve (PRR)	Sistemas Alimentares Sustentáveis
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Preparação para as Alterações Climáticas
Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve	Sistemas Alimentares Sustentáveis Preparação para as Alterações Climáticas
Plano de Ação do ITI do Algarve e do ITI “Água e Ecossistemas da Paisagem”	Sistemas Alimentares Sustentáveis Preparação para as Alterações Climáticas

	Proteção da Natureza e da Biodiversidade
Plano de Ação para as Infraestruturas Verdes e Biodiversidade no Algarve	Proteção da Natureza e da Biodiversidade

Plano ou Projeto Sub-regional	Área de Intervenção EDL
Programa de Transformação da Paisagem (PTP): Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP), Condomínio de Aldeia e Emparcelar para ordenar	Proteção da Natureza e da Biodiversidade
PANCD - Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - Núcleo Regional de Combate à desertificação.	Preparação para as Alterações Climáticas Proteção da Natureza e da Biodiversidade
DLBC Costeiro do Barlavento do Algarve	Sistemas Alimentares Sustentáveis
Planos e estratégias municipais na área da habitação (ELH), social (Planos de Desenvolvimento Social, (Planos Municipais para a Igualdade de Género) e adaptação às alterações climáticas, entre outros	Preparação para as Alterações Climática Atração de Novos ativos e Investimentos Qualidade de vida e inclusão social e territorial Mobilização e capacitação da juventude
Geoparque Algarvensis	Atração e desenvolvimento de novos ativos e investimentos Dinamização da Cultura e Valorização do Património

8. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

O seguinte quadro traduz a distribuição das verbas a mobilizar, através do PEPAC, pelas áreas de intervenção da EDL, com correspondência aos Enfoques Temáticos e correspondente peso percentual.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	% Alocação FEADER
SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	23%
PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	19%
PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	11%
ATRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	17%
QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL	10%
MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA JUVENTUDE	7%
DINAMIZAÇÃO DA CULTURA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	8%
REFORÇO DA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	5%
Total	100%

Esta distribuição tem em conta os objetivos e instrumentos de financiamento proporcionados pelo PEPAC, que acabam por proporcionar alinhamento e enquadrar todas as áreas temáticas, sendo que a maior ou menor ponderação de cada uma não se prende com diferentes níveis de priorização, mas antes com o grau de alinhamento e dotação dos instrumentos de financiamento do PEPAC. Nesse sentido tornam-se relevantes as complementaridades com outras políticas, planos e instrumentos de financiamento regionais, nacionais e europeus, no sentido de enquadrar todas as iniciativas do Plano de Ação e concretizar os objetivos propostos, conforme elencado no ponto anterior.

9. PLANO DE AÇÃO

As intervenções passíveis de implementação através de medidas existentes no Regulamento do FEADER, que contribuem para o OE8 do PEPAC, e correspondentes indicadores de resultado, estão traduzidas no formulário de candidatura e conduzem às seguintes distribuições da percentagem de alocação de verbas do FEADER, por enfoque temático e indicador de resultado:

Resultados	Enfoque	Percentagem de Alocação da Verba FEADER	
	PROMOVER OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	3%	
	ACCELERAR A PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	5%	
	PROTEGER E VALORIZAR A NATUREZA E A BIODIVERSIDADE	7%	
	CAPTAR E DESENVOLVER NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	2%	
R.9 Modernização das explorações agrícolas	MOBILIZAR E CAPACITAR A JUVENTUDE	3%	20%
R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento	PROMOVER OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	5%	5%
R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis	ACCELERAR A PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	3%	
	CAPTAR E DESENVOLVER NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	2%	5%
R.17 Solo florestado	ACCELERAR A PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	3%	
	PROTEGER E VALORIZAR A NATUREZA E A BIODIVERSIDADE	2%	5%
R.18 Apoio ao investimento no setor florestal	ACCELERAR A PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	3%	
	PROTEGER E VALORIZAR A NATUREZA E A BIODIVERSIDADE	2%	5%

Resultados	Enfoque	Percentagem de Alocação da Verba FEADER	
	PROMOVER OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	3%	
	CAPTAR E DESENVOLVER NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	4%	
R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais	MOBILIZAR E CAPACITAR A JUVENTUDE	1%	8%
	PROMOVER OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	10%	
	ACCELERAR A PREPARAÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	5%	
	CAPTAR E DESENVOLVER NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	7%	
R.39 Desenvolver a economia rural	MOBILIZAR E CAPACITAR A JUVENTUDE	3%	25%
	CAPTAR E DESENVOLVER NOVOS ATIVOS E INVESTIMENTOS	2%	
	PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA E A INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL	2%	
R.40 Transição inteligente da economia rural	PROMOVER OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	2%	6%
	PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA E A INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL	5%	
	DINAMIZAR A CULTURA E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	5%	
R.41 Interligar a Europa rural	REFORÇAR A PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	5%	15%
	PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA E A INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL	3%	
R.42 Promover a inclusão social	DINAMIZAR A CULTURA E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	3%	6%
Total		100%	100%